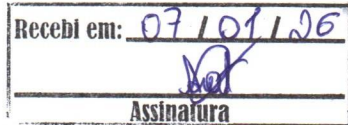




**PROJETO DE LEI N.º 03/2026.**



Institui o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas no art. 74, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA**  
**IGUALDADE RACIAL - COMPIR**

**Art. 1º** - Fica instituído o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, órgão colegiado, permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador, no âmbito da política municipal de promoção da igualdade racial.

**Art. 2º** - O COMPIR tem por finalidade formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar as políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial, à defesa dos direitos da população negra, povos tradicionais, comunidades quilombolas e demais grupos étnico-raciais historicamente discriminados.

**Art. 3º** - Compete ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial:



**I = Propor diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;**

**II = Acompanhar a execução de programas e ações voltadas à igualdade racial;**

**III – Fiscalizar a aplicação de recursos destinados às políticas de promoção da igualdade racial;**

**IV = Estimular a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas públicas;**

**V = Promover estudos, debates, campanhas e eventos sobre igualdade racial;**

**VI – Articular-se com conselhos municipais, estaduais e nacionais afins;**

**VII – Emitir pareceres e recomendações sobre matérias relacionadas à sua área de atuação;**

**VIII = Zelar pelo cumprimento da legislação antidiscriminatória.**

**Art. 4º - O COMPIR será composto de forma paritária, por representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, na seguinte proporção:**

**I – 03 (três) representantes do Poder Público Municipal;**

**II – 03 (três) representantes da Sociedade Civil.**

**Art. 5º - Os representantes do Poder Público serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, dentre servidores ou gestores das seguintes áreas, preferencialmente:**

**I – Assistência Social;**





II = Educação;

III – Saúde;

**Art. 6º** - Os representantes da Sociedade Civil serão indicados por entidades legalmente constituídas, com atuação comprovada na promoção da igualdade racial, tais como:

I – Associação Beneficente Pedras Vivas;

II – Associação de Difusão Comunitária de São Fernando;

III – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Fernando;

**Art. 7º** - Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão nomeados por ato do Poder Executivo, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

**Art. 8º** - O exercício da função de conselheiro será considerado serviço público relevante, não sendo remunerado.

**Art. 9º** - O COMPIR elegerá, dentre seus membros, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, conforme disposto em seu Regimento Interno.

**Art. 10** - O Conselho elaborará e aprovará seu Regimento Interno, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua instalação.

**Art. 11** - O Poder Executivo garantirá o apoio técnico, administrativo e financeiro necessário ao funcionamento do COMPIR.



## **CAPÍTULO II**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – FUMPIR**

**Art. 12** - Fica criado o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FUMPIR, de natureza contábil e financeira, vinculado ao órgão municipal responsável pela política de promoção da igualdade racial, com a finalidade de financiar programas, projetos, ações e serviços voltados à promoção da igualdade racial no Município.

**Art. 13** - Constituem objetivos do FUMPIR:

I – Apoiar a implementação da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial;

II – Financiar ações de combate ao racismo, à discriminação racial e às desigualdades étnico-raciais;

III = Promover a valorização da cultura e da identidade da população negra, povos tradicionais e comunidades quilombolas;

IV – Fortalecer a participação social na formulação e execução das políticas públicas de igualdade racial.

**Art. 14** - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial:

I – Dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento municipal;

II – Recursos provenientes de transferências da União e do Estado;





III = Convênios, contratos, acordos e ajustes firmados com órgãos públicos ou entidades privadas;

IV = Doações, contribuições, auxílios e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas;

V – Recursos oriundos de emendas parlamentares;

VI – Rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;

VII = Outras receitas que lhe forem legalmente destinadas.

**Art. 15** - Os recursos do FUMPIR serão aplicados exclusivamente em:

I – Programas e projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR;

II – Ações de formação, capacitação e educação para a igualdade racial;

III = Campanhas educativas e eventos de conscientização;

IV = Estudos, pesquisas e diagnósticos sobre desigualdades raciais no Município;

V – Apoio a iniciativas da sociedade civil voltadas à promoção da igualdade racial.

**Art. 16** - A gestão do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FUMPIR caberá ao órgão municipal responsável pela política de igualdade racial, sob controle, fiscalização e acompanhamento do COMPIR.



**Art. 17 - O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial deverá:**

I – Deliberar sobre a aplicação dos recursos do FUMPIR;

II = Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e financeira do Fundo;

III – Aprovar o plano anual de aplicação dos recursos;

IV – Apreciar a prestação de contas apresentada pelo órgão gestor.

**Art. 18 - Os recursos do FUMPIR serão depositados em conta bancária específica, mantida em instituição financeira oficial.**

**Art. 19 - A prestação de contas do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial - FUMPIR observará a legislação vigente e os princípios da legalidade, transparência, publicidade e controle social.**

**Art. 20 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.**

**Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

Paço da Prefeitura Municipal de São Fernando/RN,  
07 de janeiro de 2026. 67.º Ano de Emancipação Política

APROVADO em única discussão

por unanimidade dos edis presentes

Sala das Sessões, 13/01/26

Lido(a) no Expediente da Sessão realizada na data subscrita e encaminhado(a) para a(s) competente(s) Comissão(ões)  
Sala das Sessões, 09/01/26

**GENILSON MEDEIROS MAIA**  
Prefeito Municipal